

## GÊNERO/SEXO E DRAMATURGIA CONTEMPORÂNEA: ABORDAGENS POSSÍVEIS NA PEDAGOGIA TEATRAL

*Jerônimo Vieira de Lima Silva<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho pretende refletir de que maneira são abordadas as questões de gênero e de sexo no contexto dramaturgico contemporâneo aplicadas à pedagogia teatral, tendo como pressupostos o heteroterrorismo, e o conceito de geografia sexual e de que maneira o teatro possibilita reflexões e problematizações sobre tais assuntos. A metodologia aplicada neste estudo se deu pelos vieses da abordagem qualitativa e sob o processo de reflexão crítica, a partir dos pressupostos da pedagogia do oprimido e do teatro do oprimido, por entender a importância da relação educador/educando em constante processo de transformação social por meio da formação política e ética de todos os seus atores. Para tanto, iniciamos com uma breve fundamentação teórica em torno do tema em foco a fim de melhor compreender as tensões entre os discursos heteronormativos e as dissidências de gênero e sexuais. Em seguida, procuramos apontar tais assuntos no contexto dramaturgico contemporâneo, sobretudo em relação ao ensino de teatro. Consideramos que a exploração dos referidos temas pode contribuir para o combate às práticas heteroterroristas por meio de intervenções estético-artísticas artivistas.

**Palavras-chave:** Dramaturgia contemporânea, Sistema sexo/gênero, Heteroterrorismo, Pedagogia Teatral.

---

1 Docente efetivo do Departamento de teatro do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Regional do Cariri - URCA, [jeronimo.vieira@urca.br](mailto:jeronimo.vieira@urca.br)

## INTRODUÇÃO

O estudo aqui pretendido procura refletir de que maneira são abordadas as questões de gênero e de sexo no contexto dramático contemporâneo aplicadas à pedagogia teatral, tendo como pressupostos o heteroterrorismo, e o conceito de geografia sexual e de que maneira o teatro possibilita reflexões e problematizações sobre tais assuntos. Para tanto, o texto se divide em subcapítulos, a partir dos quais serão tratados os assuntos relacionados aos temas pretendidos, a saber as questões de gênero e de sexo relacionados às práticas teatrais no contexto educacional. No primeiro, trataremos de gênero e sexualidade a partir de pressupostos desenvolvidos por Berenice Bento, Judith Butler, Foucault, Guacira Lopes Louro, dentre outros, a fim de melhor entender as relações entre os discursos e dispositivos heteronormativos masculinos e as subjetividades divergentes e dissidentes. Em seguida, procuraremos abordar o assunto no contexto educacional no intuito de melhor perceber as tensões entre corpo, gênero e sexo aí presentes e suas conseqüentes violências geradas dos seus embates. Trataremos em seguida do heteroterrorismo, conceito que busca melhor fundamentar a diversidade de gênero e sexo apresentados anteriormente. De posse das discussões propostas nos subcapítulos anteriores, pretendemos estabelecer uma geografia sexual, haja vista as relações dos temas apresentados com o espaço e suas territorialidades concebidas em função das relações entre corpos divergentes no contexto educacional, especialmente o escolar. E por fim, trataremos da pedagogia teatral, sobretudo nos estudos de Ingrid Koudela, Bertolt Brecht, Maria Lúcia Pupo, Augusto Boal e Denis Guénoun, em que se apresentam algumas metodologias desenvolvidas entre teatro e educação. Proporemos reflexões entre a prática do professor e da professora de teatro e as possibilidades de contemplar as questões de gênero e sexualidades no intuito de se enfrentar e combater o preconceito e a LGBTfobia.

Entendemos que a importância de tratarmos das questões de gênero e sexualidades é algo que não se pode negligenciar. A sua urgência se faz cada vez mais determinante com vistas a se combater práticas violentas contra subjetividades divergentes e corpos dissidentes aos discursos heteronormativos masculinos compulsórios. O que se constata é uma crescente onda de múltiplas violências no contexto escolar, as quais provocam a invisibilização e a expulsão dos sujeitos deste espaço. A sua geografia que envolvem espaços e territorialidades nos quais privilégios e discriminações convivem lado a lado de maneira extremamente desiguais. Nesta perspectiva, o teatro pode representar uma prática engajada

e combativa, a partir do momento que procura estabelecer reflexões e debates sobre tais situações conflitantes e heteroterroristas.

Durante o estudo, percebeu-se que a escola precisa ser esse espaço geográfico de inclusão e respeito, no qual corpos diversos possam conviver, mesmo demarcando suas especificidades e divergências. Por outro lado, aquilo que chamamos de geografia sexual, tendo em seu cerne as relações complexas de corpos dissidentes, divergentes em consonância com as questões de gênero e sexualidades, o espaço para se realizar o ato artístico-teatral, tendo como temáticas os temas propostos. Notamos ainda que, no interior da escola, diversos territórios acabam sendo criados, em que corpos estabelecem determinadas relações de afinidades e aproximações em que acordos são estabelecidos e ocorrem convivências diferenciadas entre os sujeitos pertencentes àquele espaço geográfico. Ainda observamos que outros corpos não conseguem se inserir em nenhum grupo territorializado, os quais acabam se tornando invisibilizados.

## 1. GÊNERO E SEXUALIDADES

Os discursos heteronormativos sobre gêneros e sexualidades em qualquer contexto social, inclusive inseridos na realidade escolar, procuram determinar padrões de comportamento os quais poderão ser reiterados por processos disciplinares sobre o comportamento humano. Por outro lado, forças contrárias a estas regulações compulsórias acabam por possibilitar novos entendimentos acerca das questões apresentadas. O que se evidencia nesta queda de braço é que a cisheteronormatividade patriarcal fortalece o seu discurso dominante pelas vias da repetição tornando mais eficazes os atos performativos que os sustenta. Não obstante, corpos dissidentes e divergentes parecem se contrapor aos modelos fixos de validação presentes nos discursos heteronormativos. O entrave aí presente chama a atenção para o caráter excludente da categoria “humano”, segundo Berenice Bento (2006), das pessoas que reconstróem suas posições identitárias, transitando e, portanto, negando a precedência explicativa do biológico (p.45/46). Neste sentido, todos os elementos que compõem as pessoas (atos, gestos e atuações), são performativos, como bem aponta Judith Butler (2015). Para ela, se por um lado todos estes elementos representam a nossa essência ou a nossa identidade, por outro lado, esses mesmos elementos que se revelam em nós são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos.

Diante das prerrogativas anteriores, os dispositivos da heterossexualidade compulsórios em que se dispõem como “normais” os binarismos homem/

masculino e mulher/feminino acabam por provocar certa fabricação do “anormal” a todas as outras possíveis compreensões e constituições de sujeitos nos seus aspectos de gênero e sexo, restringindo suas experiências na sociedade. Isso tem provocado intensas discriminações e cerceamentos de toda ordem aos sujeitos não normativos ou que não conseguem/podem/desejam inscrever-se na esfera da inteligibilidade social. Butler (2003) enfatiza a necessidade de rompimento com o sistema binário que corrobora a relação mimética entre gênero e sexo, ao afirmar que o primeiro está determinado pelo segundo. Para tanto, a autora instiga a construir outra forma de pensamento na qual o corpo deixe de ser um meio passivo sobre o qual se inscrevem os significados culturais e passe a ser pensado também como uma produção performativa. A autora argumenta que para operar essa produção performativa é indispensável que as normas que regulam e materializam o sexo e o gênero sejam continuamente repetidas, sempre amparadas por/em instituições e sujeitos detentores de uma autoridade reconhecida como legítima. Outra percepção relevante sobre a aparente violência que se estabelece nesta relação conflitante presente nas dissidências de gênero e sexuais, ocorre no conceito de heteroterrorismo, desenvolvido por Bento (2011).

## 2. HETEROTERRORISMO E GEOGRAFIA SEXUAL

De acordo com o seu argumento, o heteroterrorismo se refere a um conjunto de opressões estruturais. Nele, são reiteradas violências verbais e físicas contra as dissidências sexuais e de gênero com o intuito de anular, silenciar e apagar socialmente tais corpos (p. 556). Este conceito é importante para entendermos de que maneira são criadas tecnologias discursivas que irão preparar as construções identitárias dos corpos a partir dos pressupostos heteronormativos de gênero. De acordo com Bento, quando a criança nasce, encontrará uma complexa rede de desejos e expectativas para seu futuro, levando-se em consideração, para projetá-la, o fato de ser um/a menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades, que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa. (BENTO, 2011, p. 550).

A partir das considerações acima, é importante ressaltar que essa preparação preexistente em torno dos indivíduos, até mesmo antes de nascer, será reiterado no contexto escolar, pois a escola, ainda se constitui enquanto espaço que não só desenvolve como também reproduz práticas e discursos heteronormativos e, portanto, determinando hierarquias entre corpos, gêneros e sexualidades.

### 3. CONTEXTO EDUCACIONAL

No contexto educacional tem ocorrido disparidades quando o assunto se refere às dissidências sexuais e de gênero, exigindo cada vez mais políticas de enfrentamento contra a discriminação, o preconceito e a transfobia. A própria sociedade civil, através de seus organismos, tem se manifestado a favor de uma educação que leve em consideração os direitos humanos. A busca pelo fortalecimento da participação dos estudantes na conquista de seus direitos e a criação de um ambiente educacional a propiciar o respeito à pluralidade sexual e de gênero podem ser importantes aliados para a qualidade de corpos dissidentes e divergentes em tais ambientes.

Estudos apontam que a capacidade de fala e participação de estudantes na conquista de direitos e, conseqüentemente, a criação de um ambiente favorável ao acolhimento às diferenças são fundamentais para que a discriminação e o preconceito diminuam. Por isto mesmo, apostar numa educação de qualidade possibilita a reversão dos índices de violência e o estreitamento de diálogo entre comunidade e escola. Abordar temas sobre sexualidade, diversidade sexual, exploração sexual e Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, é necessário às políticas de educação, buscando contemplar o envolvimento de todas as esferas de poder do país. É importante que seja permitida a possibilidade de professoras e professores, bem como os gestores escolares e os demais atores inseridos no contexto escolar, de promoverem espaços para debates a fim de transformarem suas realidades.

A tarefa parece difícil, mas é papel da escola promover tal ambiente de diálogo e respeito às diferenças, fazer refletir sobre determinados comportamentos que geram violência e naturalização de certos comportamentos machistas, homofóbicos, transfóbicos, lesbofóbicos, dentre outros preconceitos de gênero. Por este motivo, não podemos nos esquivar da responsabilidade de proporcionar que a escola seja um lugar mais democrático e seguro. O silenciamento e conivência a todos estes tipos de violência que se dão no seio escolar dizem respeito a toda a sociedade.

As questões sobre as dissidências de gênero e sexuais precisam ser encaradas cotidianamente por todos os profissionais escolares. Não obstante, a mobilização dos movimentos sociais tem reivindicado posturas mais contundentes por parte dos órgãos públicos, com o intuito de erradicar o quadro de exclusão existente. De acordo com Bento (2008), o que tem ocorrido nas escolas é mais do que exclusão. Para ela:

[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala na escola tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão (BENTO, 2008, p.129).

Nos perguntamos por que isso ocorre. Ora, não podemos esquecer que a escola representa peça fundamental para a permanência dos discursos normatizadores dos corpos e de controle destes. Em outras palavras, a presença de corpos que escapem à normatividade, põe em xeque os discursos hegemônicos disciplinares e biopolíticos (FOUCAULT, 1993) que sedimentam as regras das escolas tradicionais. Por outro lado, a instituição escolar, mesmo diante de programas educacionais sobre sexo, diversidade sexual e combate ao preconceito, é entendida pela maior parcela da sociedade e dos órgãos a ela relacionada como mantenedora do *stablishment* e do controle sobre sexo, corpo e gênero. Em se tratando do tema especificamente das dissidências de gênero e sexuais, o que se percebe é a enorme dificuldade em lidar com eles.

A complexa rede que envolve a luta por igualdade se politiza cada vez mais e passa a se consolidar nos discursos afirmativos e na conquista dos seus direitos. Ao atuar dessa forma, questiona o tratamento dado pelo Estado à questão da diversidade e lhes cobram políticas públicas e democráticas e a construção de políticas públicas específicas. Portanto, para que ocorra verdadeiramente a inclusão das populações LGBTQIAPNb+ no contexto educacional, não se pode deixar de levar em consideração alguns aspectos fundamentais:

- É preciso o reconhecimento e a garantia ao direito à diversidade, mesmo que se continue o embate contra as desigualdades sociais; é necessário dispor de uma educação que possa valorizar a inclusão baseada na qualidade do processo educacional;
- É fundamental o respeito às diferenças e o combate ao preconceito e à discriminação. Para tanto, as práticas pedagógicas devem articular-se aos movimentos sociais, promovendo o diálogo entre estes e a comunidade.

Se por um lado as prerrogativas acima descritas possam parecer um tanto idealistas, por outro, não podemos esquecer que a escola ainda é um campo

minado no qual se projetam interesses diversos, forças contrárias que se conflituam, centro gravitacional entre uma falsa autonomia a que lhe conferem e ao mesmo tempo, um território complexo de interesses externos. De qualquer modo, a escola continua a exercer papel importante na formação e no desenvolvimento dos indivíduos, mesmo que paradoxal. Não obstante, este ambiente pode ser tanto estimulante como desestimulante. Se aqueles que frequentam a escola são discriminados e hostilizados por conta das dissidências de gênero e sexuais, ou pela falta de reconhecimento dela, esta mesma escola perde parte de sua importância na vida da população LGBTQIA+. Em decorrência dessa realidade, o lugar dos que transgridem as normas no contexto escolar acabam por se tornar inviável, o que provocará o grande índice de evasão, exclusão e expulsão.

Ao constatarmos a problemática enfrentada pela população LGBTQIAPNB+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários, dentre outros) no contexto educacional, questionamo-nos: de que maneira é possível articular a convivência entre estes corpos considerados “estranhos” e o espaço tradicional da escola e de outras instituições de ensino? Como abordar tais assuntos relativos num ambiente pautado por procedimentos eminentemente heteronormativos? Como relacionar as dissidências de gênero e sexuais às práticas educativas contemporâneas, em particular no ensino de teatro? E ainda, qual a escola que efetivamente queremos? Longe de encontrarmos respostas a todas as proposições aí suscitadas, evidenciamos a necessidade de, antes mesmo de adentrarmos as instituições educacionais, desconstruir os processos normatizadores e biopolíticos, desmontar a falácia e os simulacros presentes nos discursos da heteronormatividade por via da heterossexualidade masculina, a qual determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos, desvincular as categorizações das pessoas por suas orientações sexuais e suas determinações de gênero, tirando-as de suas “caixinhas etiquetadas”.

#### 4. TEATRO E PEDAGOGIA TEATRAL

Diante dos desafios existentes em torno das questões de gêneros e sexualidades, o ensino de teatro pode estimular o debate e a reflexão, bem como permitir a experiência estético-artística inclusiva e diversa. Neste entendimento, os procedimentos pedagógicos apresentados por Ingrid Koudela (1996), podem nos oferecer pistas que visem tais propósitos. Para ela, no ato artístico se revela um novo olhar frente às relações sociais. A partir dos jogos de aprendizagem, nome escolhido por ela no lugar de “peça didática” proposta por Bertolt Brecht (1936), são apresentados modelos de ação por meio do jogo teatral enquanto princípio

para se investigar as relações entre os sujeitos. É durante este processo de interação que ocorre entre os participantes do ato artístico um novo olhar frente às relações sociais. Sua proposta pedagógica se apoia no contexto e nas circunstâncias em que ocorre e é proposto o ato artístico. Para Koudela, não interessa o fazer teatral apoiado em técnicas, estratégias e conteúdo específicos, como ocorre no trabalho do ator, por exemplo. O que interessa é o conhecimento e o envolvimento que se quer do aluno, a fim de que este perceba a complexidade existente na arte e nas relações humanas. Já para Maria Lúcia Pupo (2006) o professor pode desenvolver suas atividades pedagógico-teatrais com vistas a alcançar níveis mais profundos de compreensão do mundo à medida em que percebe que “o caráter conceitual e lúdico presente na proposta pós-dramática vai além de simples jogos ou exercícios com função de pré-requisito para uma posterior aprendizagem pretensamente mais elevada” (p.114).

Inserida no contexto contemporâneo, é importante que se perceba que a prática pedagógica-teatral se encontra enredada em múltiplas questões que envolvem diferentes situações, vivências, circunstâncias e oportunidades no desenvolvimento de habilidades e na ampliação de conhecimentos. Para o criador do Teatro do Oprimido (TO), Augusto Boal (2002), os processos criativos podem ser considerados importantes instrumentos artístico, pedagógico e político. Neste caso, o espectador é convidado a participar, intervir e, desta maneira, ele é preparado para a ação, o que significa dizer que esta preparação por si só já é uma ação. Para que ocorra a participação efetiva do espectador, Boal desenvolve algumas metodologias, dentre as quais, o que ele chama de “teatro-fórum”. Entre eles o conflito é desencadeado, até o momento em que ocorre o fracasso do oprimido. Neste momento, o pedagogo do método responsável por aquele espetáculo, chamado de “curinga”, convida o espectador a entrar em cena para assumir o lugar do oprimido. Feita a interação, são lançadas perguntas como: O que você faria para não enfrentar os desafios deste oprimido? Ou: O que você faria para superar os problemas apresentados? Outros procedimentos foram desenvolvidos por Boal, como o Teatro Jornal, o Teatro Invisível, o teatro imagem e o Arco-íris do desejo, por exemplo, os quais permitem estabelecer entre professores/encenadores, estudantes/atores e espectadores diversas possibilidades de lidar com as opressões, sejam elas resultantes de situações externas aos indivíduos ou resultantes das suas opressões internas.

Outro pensamento expandido sobre o teatro ocorre com Denis Guénoun (2003). Para ele, o aspecto político do teatro não é o representado, mas a representação, ou seja, “sua existência, sua constituição, “física”, por assim dizer, como assembleia, reunião pública, ajuntamento” (p. 15). Dando continuidade a este

pensamento, Guénoun complementa sua reflexão dizendo que o político já se encontra presente no ato teatral antes mesmo que qualquer objeto esteja em cena, só pelo fato de a assembleia já se encontrar ali reunida e ter se aproximado de forma pública e aberta. Esse conagraçamento por si só acaba por se tornar uma questão política. Portanto, como bem aponta Renata Pimentel (2016), “o teatro é compreendido como espaço privilegiado para o movimento das camadas mais profundas da percepção e da compreensão humana”. E conclui dizendo que “algumas manifestações que valem como terreno de luta política e humana por direitos podem se realizar no terreno da arte” (p. 135).

Os discursos heteronormativos sobre gêneros e sexualidades em qualquer contexto social, inclusive inseridos na realidade escolar, procuram determinar padrões de comportamento os quais poderão ser reiterados por processos disciplinares sobre o comportamento humano. Por outro lado, forças contrárias a estas regulações compulsórias acabam por possibilitar novos entendimentos acerca das questões apresentadas. O que se evidencia nesta queda de braço é que a cisheteronormatividade patriarcal fortalece o seu discurso dominante pelas vias da repetição tornando mais eficazes os atos performativos que os sustenta. Não obstante, corpos dissidentes e divergentes parecem se contrapor aos modelos fixos de validação presentes nos discursos heteronormativos.

De acordo com o seu argumento, o heteroterrorismo se refere a um conjunto de opressões estruturais. Nele, são reiteradas violências verbais e físicas contra as dissidências sexuais e de gênero com o intuito de anular, silenciar e apagar socialmente tais corpos (p. 556). Este conceito é importante para entendermos de que maneira são criadas tecnologias discursivas que irão preparar as construções identitárias dos corpos a partir dos pressupostos heteronormativos de gênero.

No contexto educacional tem ocorrido disparidades quando o assunto se refere às dissidências sexuais e de gênero, exigindo cada vez mais políticas de enfrentamento contra a discriminação, o preconceito e a transfobia. A própria sociedade civil, através de seus organismos, tem se manifestado a favor de uma educação que leve em consideração os direitos humanos. A busca pelo fortalecimento da participação dos estudantes na conquista de seus direitos e a criação de um ambiente educacional a propiciar o respeito à pluralidade sexual e de gênero podem ser importantes aliados para a qualidade de corpos dissidentes e divergentes em tais ambientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, vimos como se dão as relações entre os discursos heteronormativos sobre gêneros e sexualidades inseridos no contexto escolar e subjetividades divergentes, as quais se contrapõem às determinações disciplinares sobre o comportamento humano. Das forças contrárias a estas regulações surgem novos entendimentos acerca das questões de gênero e sexualidades. Neste sentido, os corpos dissidentes e divergentes parecem se contrapor aos modelos fixos de validação presentes nos discursos heteronormativos.

A discussão desenvolvida procurou confrontar o conceito de heteroterrorismo, relacionando-o à determinada geografia em que espaços são marcadamente violentos e territorialidades são definidas a partir de grupos que se identificam ou a exclusão e invisibilização de outras corporalidades, gerando a sua expulsão do espaço escolar.

Foi percebido que o contexto educacional estabelece a convivência de diferenças e divergências, consubstanciando-se em espaço geográfico de múltiplos corpos gtenderificados. Ficou evidente a necessidade de se desenvolver políticas de enfrentamento contra a discriminação, o preconceito e a LGBTfobia.

Em seguida, procurou-se aproximar as práticas do professor e professora de teatro a partir das suas metodologias de ensino às questões de gêneros e sexualidades, a fim de estimular o debate e a reflexão, bem como permitir a experiência estético-artística inclusiva e diversa. Procurou-se pensar estratégias de abordagem dos temas apontados em consonância com procedimentos pedagógicos apresentados por alguns estudiosos da pedagogia teatral, demonstrando assim que é possível e urgente tratar destas questões no espaço educacional.

Concluimos que o ensino do teatro e os estudos da pedagogia teatral podem representar importantes cominhos para enfrentarmos a LGBTfobia. Diante desta prerrogativa, observamos que o espaço escolar se configura extremamente violento. Os temas relativos às sexualidades e aos gêneros não se configuram em assuntos pacíficos. Pelo contrário, são marcadamente, em sua geografia, corpos, sexos e gêneros em permanente tensão entre subjetividades divergentes e dissidentes contra os discursos preconcebidos da heteronormatividade masculina compulsória e os dispositivos disciplinares de manutenção de tais discursos e comportamentos.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice 2008. O que é Transexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008;

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e Outras Poéticas. São Paulo: Editora 34, 2019;

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2015;

\_\_\_\_\_. Cuerpos que Importan – Sobre Los Limites materiales y discursivos del “Sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002;

\_\_\_\_\_. Deshacer el Género. Barcelona: Paidós, 2006;

FOUCAULT, M. História da Sexualidade 1 – A Vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014;

GUÉNOUN, Denis. O Teatro é Necessário? São Paulo: Perspectiva, 2012;

LOURO, Guacira Lopes. O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019;

LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer. Autêntica: Belo Horizonte, 2015;

SANTOS, Nataly Trajano. VIEIRA, Neff Borba Araquan. SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. O Heteroterrorismo e as Dissidências de gênero e sexual no Espaço escolar. Cadernos de Gênero e Tecnologia Ver. Estud. Fem. Curitiba. v. 14, n. 43, p. 153-168. Jan/jun. (2021) <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/12170/0>

BENTO, Berenice. Na Escola se Aprende que a Diferença Faz a Diferença. Dossiê Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar • Rev. Estud. Fem. 19 (2) • Ago 2011. <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/abstract/?lang=pt>

VEIGA-NETO, Alfredo. De geometrias, currículo e diferenças. in: Educação & Sociedade, Campinas, SP, n.79, 2002. p.163-186. <https://www.scielo.br/j/es/a/t4HbTMmJ4tHrJMV8xNQXMvm/abstract/?lang=pt>